

24/06/2008

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 88.227-7 RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
PACIENTE(S) : ADILMAR ARCÊNIO DOS SANTOS
IMPETRANTE(S) : ADILMAR ARCÊNIO DOS SANTOS
ADVOGADO(A/S) : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*.
IMPEDIMENTO DE MINISTRO DO STJ. DENÚNCIA SUBSCRITA COMO
PROCURADOR DE JUSTIÇA. NULIDADE DA DECISÃO QUE NEGOU
SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO.
REVOGAÇÃO DA LIMINAR. FINS DIVERSOS.

1. A questão de direito objeto da impetração deste *writ* se restringe à possível nulidade da decisão do relator do agravo de instrumento que negou seguimento ao recurso.
2. A hipótese é de descumprimento do disposto no art. 252, incisos I e II, do Código de Processo Penal, que cuida de impedimento para o exercício da jurisdição.
3. Não pode exercer a jurisdição aquele que funcionou, no mesmo caso, como órgão do Ministério Público, tratando-se de clara hipótese de impedimento do magistrado.
4. Tal conclusão não impede que sejam produzidos efeitos decorrentes dos julgamentos realizados que culminaram com a interposição do agravo de instrumento.
5. A concessão da tutela de urgência, com efeito, deve se relacionar à preservação de possível eficácia da tutela jurisdicional definitiva. No caso, não há nulidade do processo, mas tão somente do despacho que negou seguimento ao agravo de instrumento e, por isso, deverá ser renovada a apreciação do cabimento (ou não) deste recurso por outro relator que não o subscritor da denúncia.
6. *Habeas corpus* concedido, com revogação da liminar.



HC 88.227 / RJ**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, conceder a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 24 de junho de 2008.



Ellen Gracie

- Relatora e Presidente

24/06/2008

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 88.227-7 RIO DE JANEIRO

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
PACIENTE(S)	: ADILMAR ARCÊNIO DOS SANTOS
IMPETRANTE(S)	: ADILMAR ARCÊNIO DOS SANTOS
ADVOGADO(A/S)	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato do Superior Tribunal de Justiça que, em decisão monocrática proferida nos autos de agravo de instrumento, não conheceu do recurso.

Argumenta, o impetrante, que em 07.12.1995, o paciente foi denunciado pelo então membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Hamilton Carvalhido, tendo sido condenado à pena de 4 (quatro) anos de reclusão, por suposta prática do crime previsto no art. 297, do Código Penal. Após o improvimento do recurso de apelação, o paciente interpôs recursos especial e extraordinário que não foram admitidos pela Corte estadual.

Narra, ainda, que o paciente interpôs agravo de instrumento contra tais decisões, tendo o recurso interposto sido distribuído ao Ministro Hamilton Carvalhido, do Superior Tribunal de Justiça que, no entanto, não afirmou impedimento.

Assim, aduz que é nula a decisão que apreciou agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu o seguimento de recurso especial, por violação ao princípio do juiz natural.

Requer a concessão da ordem para o fim de ser declarada a nulidade da decisão proferida nos autos do agravo de instrumento interposto pelo paciente.

HC 88.227 / RJ

2. Decisão que deferiu o pedido de medida liminar (fls. 11/12).
3. Manifestação da Procuradoria-Geral da República no sentido da concessão da ordem, revogando-se a liminar anteriormente deferida (fls. 130/133).

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Amflab', with a long horizontal stroke extending to the right.

HC 88.227 / RJ

V O T O

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): 1. A questão de direito objeto da impetração deste *writ* se restringe à possível nulidade da decisão do relator do AI nº 705.331-RJ, do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Hamilton Carvalhido que negou seguimento ao recurso.

A decisão monocrática do relator do STJ se limitou a reconhecer que não houve cumprimento do disposto nos arts. 28, § 1º, da Lei nº 8.038/90 e 544, § 1º, do Código de Processo Civil, eis que não foi apresentado traslado da certidão de publicação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração. Além disso, o agravante não teria apontado o dispositivo legal reputado violado pelo acórdão recorrido (fls. 102/104).

2. Sucede que o relator do agravo de instrumento no STJ foi a mesma pessoa que, ainda no ano de 1995, ofereceu denúncia contra o paciente, imputando-lhe a prática dos crimes previstos nos arts. 297 e 171, na forma do art. 69, todos do Código Penal (fls. 09/11).

3. A hipótese é de descumprimento do disposto no art. 252, incisos I e II, do Código de Processo Penal, que cuida de impedimento para o exercício da jurisdição. O impedimento representa obstáculo ou proibição para funcionar no processo ou intervir em determinado ato processual devido à presença de determinado motivo elencado na lei processual.

Assim, não poderá exercer a jurisdição aquele que funcionou, no mesmo caso, como órgão do Ministério Público, tratando-se de clara hipótese de impedimento do magistrado. É exatamente o caso em questão.

4. É imperativa a concessão da ordem para declarar nula a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, mas tal conclusão não impede que sejam produzidos efeitos decorrentes dos julgamentos

HC 88.227 / RJ

realizados que culminaram com a interposição do agravo de instrumento.

A esse respeito, revela-se oportuna a transcrição do seguinte trecho da manifestação da Procuradoria-Geral da República (fls. 131/132):

“Primeiramente, faz-se necessário salientar que o objeto e mérito desta impetração é somente o pedido de nulidade da decisão prolatada em agravo de instrumento, que indeferiu o seguimento do recurso especial, sob a alegação de impedimento do ilustre Ministro Relator Dr. Hamilton Carvalhido. Este fora, na época, o membro do Ministério Público Estadual, que fizera a denúncia contra o paciente.

Por aí se vê, conseqüentemente, que a liminar requerida e deferida nada tem a ver com o mérito da impetração. Não se alega aqui que a execução da sentença não pode ocorrer, porque há recurso especial. Pede-se a nulidade da decisão no agravo, mas, antes, em passant, totalmente desvinculado do mérito do próprio agravo, pede-se o sobrestamento da execução, questão esta, repito, que nada tem a ver com o recurso.

Há equívoco, data vênia, na concessão da liminar, porque uma coisa não se confunde com a outra, não havendo periculum in mora e fumus boni iuris, a favor do paciente. Aliás, a liminar em habeas corpus, que é uma criação jurisprudencial, existe somente para garantir a eficácia da prestação jurisdicional a ser dada. No caso, a liminar requerida é um verdadeiro gap no mérito do writ of mandamus. Aliás, muda a própria natureza do pedido principal.

Além disso, na origem, a questão poderia ser resolvida com embargos de declaração ou agravo regimental, providências não adotadas pelo paciente.

HC 88.227 / RJ

De qualquer modo, como houve trânsito em julgado do despacho hostilizado, optou o paciente por este habeas corpus. O certo, entretanto, é que a liminar não merece prevalecer, data vênua, sendo corpo estranho à realidade da impetração”.

5. Registro que, realmente, a liminar deferida neste writ, ao suspender o cumprimento da pena imposta relacionada à pena alternativa correspondente à prestação pecuniária, merece ser revogada, eis que dissonante do objeto da impetração, a saber, a declaração de nulidade do despacho que negou seguimento ao agravo de instrumento.

A concessão da tutela de urgência, com efeito, deve se relacionar à preservação de possível eficácia da tutela jurisdicional definitiva. No caso, não há nulidade do processo, mas tão somente do despacho que negou seguimento ao agravo de instrumento e, por isso, deverá ser renovada a apreciação do cabimento (ou não) deste recurso por outro relator que não o subscritor da denúncia. Contudo, tal conclusão não autoriza que seja suspensa a execução da pena restritiva de direito imposta ao paciente.

6. Ante o exposto, (1) **concedo** a ordem para o fim de declarar nulo o despacho do então relator do agravo de instrumento do STJ. Os autos deverão ser encaminhados à Presidência daquela Colenda Corte para efeito de redistribuição; (2) **revogo** a liminar nestes autos deferida que havia determinado a suspensão da execução.

É como voto.



SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 88.227-7**

PROCED.: RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S): ADILMAR ARCÊNIO DOS SANTOS

IMPTE.(S): ADILMAR ARCÊNIO DOS SANTOS

ADV.(A/S): LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, a unanimidade, concedeu a ordem de habeas corpus, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Cezar Peluso e Celso de Mello. Presidiu, este julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. **2ª Turma**, 24.06.2008.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador